LIVRO LIVRE PARA BAIXAR DA OFICINA GLOCAL

LUIS CASADO
FAUSTO GIUDICE
FRANÇOIS VADROT

ARGENTINA, LABORATÓRIO E ESPELHO DO MUNDO

Como transformar um povo de comedores de carne em veganos transgênicos

THE GLOCAL WORKSHOP
A OFICINA GLOCAL

coleção
erga omnes

“ Não temo aqueles de fora que querem nos comprar, mas aqueles de dentro que querem nos vender...

Arturo Umberto Illia (1900-1983), presidente argentino derrubado pelos militares em 1966

“ No território mais rico do planeta vive um povo pobre, mal alimentado e pago com salários miseráveis. Enquanto os argentinos não recuperarem para a nação e para o povo o controle sobre nossas riquezas, não seremos uma nação soberana nem um povo feliz. ”

Arturo Jauretche (1901-74)

COLEÇÃO « ERGA OMNES »
A coleção “erga omnes” recebeu esse nome em homenagem aos escravos revoltosos da Roma Antiga, liderados por Spartacus, cujo lema era essa expressão, que em latim significa “para todos”.

The Glocal Workshop/A Oficina Glocal, novembro 2025
https://glocalworkshop.com

COPYLEFT

Palavras-chave: Argentina, Banco Mundial, Brasil, China, Contra-insurgência financeira, Dívida odiosa, Dolarização, Fausto Giudice, FMI, François Vadrot, Javier Milei, Laboratório neoliberal, Libertarianismo, Luis Casado, Mercado rei, Mercados mundiais, OGM, Pobreza, Soja, EUA, Carne bovina, Vietnã

Classificação Dewey : 982 – 304.23 -973.9 – 951 – 332.1 – 636.2 – 336.34 – 337 - 339.46

Nesta coletânea, encontram-se três artigos publicados em outubro e novembro de 2025 sobre a involução e os desafios da crise catastrófica que atravessa a Argentina, país que foi o "celeiro do mundo" no século passado e que hoje se tornou o lixo transgênico do mundo. Cerca de 18 milhões de hectares (com variações anuais) – metade da superfície dedicada às "grandes culturas" – são dedicados ao cultivo de soja transgênica, um cereal verdadeiramente diabólico que agora "alimenta" não só as vacas e os porcos de metade do planeta, a começar pela China e Israel, mas também as crianças das escolas do Rio da Prata à Terra do Fogo. Os argentinos, os maiores consumidores de carne do mundo depois dos norte-americanos, já não podem pagar a carne de que tanto gostam para os seus asados, a versão rioplatense do churrasco ou do michuim. Sete em cada dez crianças argentinas não têm o que comer. Javier Milei, o homem da motosserra, não é o único responsável por essa catástrofe, ele é apenas o executor das tarefas sujas, a serviço dos ianques e seus comparsas do Banco Mundial e do FMI. Os chineses desempenham um papel nada insignificante no jogo de blefe que se joga às custas dos pobres e dos empobrecidos. Eles levaram à letra o lema do camarada Deng Xiaoping: "Não importa se o gato é preto ou branco, o essencial é que ele caça o rato". Todos nós somos potenciais ratos argentinos. Leia e você entenderá.

SUMÁRIO

1. **Argentina: laboratório da pobreza sob tutela americana 3**
2. **A guerra da soja: anatomia de uma semente**
   Como a soja, entre a China, os Estados Unidos e o Brasil, se tornou o motor oculto do comércio mundial ***23***
3. **A semente, a besta e a dívida**
   A Argentina, sua soja, sua carne e sua dívida na nova ordem alimentar mundial ***30***

Argentina: laboratório da pobreza sob tutela americana

Quando a política abdica diante da economia, quando a moral se confunde com a gestão e quando a liberdade se reduz a sobreviver

François Vadrot, 9 de outubro de 2025

A Argentina não atravessa uma crise econômica clássica. O que está em jogo vai além da inflação, das taxas de juros ou da dívida: trata-se da construção de um modelo político em que a pobreza se converte em instrumento de estabilização. Ao abandonar sua moeda, renunciar a qualquer autonomia geopolítica e adotar a doutrina libertariana vinda dos Estados Unidos, o país transformou-se em um laboratório de dependência..

A carne e a moeda: símbolo de uma nação sob tutela

Este texto examina a mecânica dessa tutela e os motivos de uma transformação que o poder apresenta como uma reforma.

Estrutura do artigo

1. ***Uma crise fabricada*** — a reconstrução de uma dependência sob o disfarce da reforma.
2. ***Milei, administrador de um protetorado*** — o poder reduzido à execução de um plano estrangeiro.
3. ***A pobreza como política*** — a miséria transformada em instrumento de estabilidade.
4. ***A Argentina no dispositivo hemisférico*** — o país como trava monetária da reconquista americana.
5. ***O mito da retomada*** — uma anestesia estatística apresentada como milagre econômico.
6. ***Uma doutrina mais do que um programa*** — o libertarianismo convertido em religião de Estado.
7. ***O paradoxo terminal*** — uma liberdade proclamada, mas sem poder real.
8. ***A pobreza como arquitetura do futuro*** — a Argentina como modelo exportável de uma nova ordem pós-política.

1. Uma crise fabricada: a reconstrução de uma dependência sob o pretexto de reforma

O que a Argentina vive hoje não tem nada de catástrofe natural: é uma arquitetura política, uma encenação econômica meticulosamente planejada. A crise não veio de fora; foi fabricada, organizada e depois administrada como um tratamento. Tudo, no discurso oficial, fala em cura, em retorno à razão, em reeducação monetária. Na verdade, trata-se de uma reconstrução ao contrário: refunda-se o país esvaziando-o de seus instrumentos de sobrevivência.

É nesse cenário de dependência calculada que se encena o episódio central do mileísmo .

A dolarização não foi imposta por necessidade; foi oferecida como um ato de fé. Milei a apresentou como o único caminho de salvação, sendo o abandono do peso, segundo ele, a condição de um futuro estável. Mas por trás da palavra estabilidade havia outra coisa: o apagamento. Ao substituir a moeda nacional pela de Washington, a Argentina entregou à Reserva Federal o direito de decidir o preço do pão, o custo do crédito, o valor do trabalho. O país já não tem volante, nem freio, nem alavanca de câmbio. É como se um corpo tivesse renunciado a respirar por conta própria para confiar seus pulmões a uma máquina.

Essa transferência de soberania não é uma abstração. Ela se encarna todas as manhãs nos mercados de Buenos Aires, quando os vendedores recalculam seus preços conforme a cotação do dólar. Onde a carne era outrora um símbolo nacional — enraizada nos pampas, na tradição, no almoço de domingo —, tornou-se um

produto de luxo. O quilo de carne bovina às vezes custa mais do que em Paris. Num país que já foi um dos maiores exportadores mundiais de carne, a população não tem mais meios de consumí-la. Tudo se vende ao ritmo de uma moeda estrangeira; o mercado local, outrora baseado em carnes e argentino, agora fala com o sotaque frio da Wall Street.

A Argentina continua vasta e jovem: mais de quarenta e cinco milhões de habitantes, um terço deles com menos de vinte e cinco anos. Terras férteis, reservas de lítio, uma posição geográfica estratégica: o país não é pobre, foi tornado pobre. O salário médio, em torno de 280 euros, testemunha um abismo entre a riqueza potencial e a realidade vivida. Seriam necessários dez trabalhadores argentinos para igualar a remuneração de um assalariado francês. Esse desnível não é apenas econômico: mede a distância entre quem dita as regras e quem as sofre.

Os Estados Unidos não precisaram impor bases militares: instalaram um controle invisível, monetário e ideológico. Cada dólar que circula no país age como um fio de marionete. As elites locais, acostumadas a viver entre Buenos Aires e Miami, aplaudem. Para metade do país, é uma camisa de força.

2. Milei, administrador de um protetorado: o poder reduzido à execução de um plano estrangeiro

Costuma-se apresentar Javier Milei como um tribuno libertário, um homem de ruptura. Na verdade, ele não tem nada de insurgente. É um administrador zeloso, um gerente a serviço de uma ortodoxia que não

inventou. Seu discurso é inflamado, mas sua prática é de submissão: aplica, sem vacilar, os dogmas ditados por aqueles que controlam os cordões da dívida.

Sua primeira decisão deu o tom. Recém-empossado, renunciou à adesão da Argentina ao BRICS, fechando a porta à única alternativa geoeconômica capaz de reequilibrar o país. Ao retirar-se, Milei selou o destino argentino: escolheu a dependência voluntária. Esse gesto, saudado em Washington como um ato de "responsabilidade", foi, na realidade, uma rendição estratégica.

Não se tratou de uma escolha econômica, mas de uma peça num tabuleiro mais amplo. Os Estados Unidos, conscientes de terem perdido o comando da globalização, voltam-se agora para seu próprio hemisfério. O império já não se expande: se contrai. E para manter o controle sem provocar ruptura, é preciso transformar as nações em zonas de gestão ideológica. O caso venezuelano, pela resistência, exige força; o argentino, pela docilidade, exige administração. Nessa partitura, Milei não é um presidente: é um governador, um administrador de protetorado.

A economia que ele encena não tem como objetivo o crescimento, mas a conformidade. Cada indicador, cada reforma, cada corte orçamentário serve apenas para provar que o país "fez os deveres de casa"; que os argentinos podem sofrer com elegância, obedecendo aos critérios do FMI. Essa encenação da dor disciplinada é a nova forma de moralidade econômica. Milei trocou a soberania pela bênção dos mercados — e os mercados, por sua vez, só abençoam quem não tem povo.

Construiu uma imagem de franco-atirador, mas não tem nada de rebelde: é o filho perfeito de uma época em que até a contestação foi monetizada. Seu libertarianismo não é um grito, é um uniforme. Dá rosto extravagante a uma disciplina de ferro. Quando vocifera contra "a casta", pavimenta o caminho para a financeirização total do Estado; quando prega a liberdade individual, apaga o quadro coletivo que ainda permitia viver em sociedade. Por trás da retórica em chamas, há apenas uma mecânica gelada: substituir a soberania nacional por um comando externo disfarçado de reforma moral.

O que Milei orquestra é uma forma moderna de ocupação — sem soldados, sem canhões, sem bandeira estrangeira. O controle exerce-se pela dívida, pela moeda, pelo medo da inflação. E, para manter essa obediência, é preciso um rosto local, uma voz que fale a língua do povo enquanto recita a liturgia do mercado. É esse o papel que ele desempenha, frequentemente com sinceridade, pois acredita naquilo que impõe. Acredita na virtude da dor, na salvação pela austeridade, na purificação pelo choque.

Mas um país não é um corpo doente que se sangra para curar. Ao se prestar a essa encenação de "tratamento", a Argentina não se cura: se anestesia. Seu presidente brande a liberdade como um bisturi, mas é sempre o mesmo corpo que ele abre — o do povo. Enquanto as capitais estrangeiras aplaudem sua "corajosa disciplina", os argentinos aprendem a viver sem Estado, sem esperança e, em breve, sem voz.

3. A pobreza como política: a miséria como instrumento de estabilidade

A pobreza na Argentina deixou de ser um acidente do sistema: tornou-se seu mecanismo central, seu instrumento de estabilidade. Antes, a miséria era um escândalo; agora, é uma variável de ajuste, uma condição de governabilidade. Ela tranquiliza os investidores, satisfaz o FMI, acalma a especulação: um povo exausto não se rebela.

Essa pobreza não é a que se mede em estatísticas — quarenta, cinquenta, cinquenta e três por cento, conforme o semestre —; é uma pobreza mais íntima, mais lenta, tecida no próprio tecido do cotidiano. Ela não se conta, ela se vive.

Nas periferias de Rosário, em Córdoba, em Tucumán, famílias vivem sem água encanada, improvisam refeições de ocasião, dependem de redes informais de solidariedade. O salário médio, em torno de 280 euros, já não cobre nem uma fração da cesta básica. Os lares equilibram-se entre três empregos precários; os jovens emigram; professores endividam-se para comprar material escolar. O mercado informal absorve o que a economia oficial rejeita. A palavra "trabalho" deixou de evocar dignidade: passou a significar sobrevivência.

Em Buenos Aires, as vitrines ainda brilham, os cafés ainda se enchem à noite, as calçadas continuam animadas. Mas essa vitalidade aparente mascara uma fratura que se aprofunda. A capital vive em dólares; o país, em pesos. No Chaco, um médico ganha o equivalente ao aluguel de um estúdio; na capital, um consultor de multinacional recebe dez vezes mais. Essa assimetria é o novo nome da estabilidade. O que o

poder chama de "desinflação" é, na verdade, a contração do real: os preços param de subir porque ninguém compra mais nada.

Milei encontrou na miséria uma justificativa moral: para ele, o sofrimento é a prova de que o mercado purifica. Cada fechamento de escola, cada subvenção cortada, cada hospital sem remédios transforma-se em sinal de eficiência. Há nessa lógica uma crueldade fria, quase teológica. O Estado deve desaparecer; porisso, seus serviços devem morrer. O povo deve aprender a viver sem ajuda; porisso, a pobreza torna-se uma escola de virtude. Não é mais política social, mas prova de fé.

O FMI, por sua vez, aplaude os "progressos". O superávit retorna, a inflação recua, a dívida é renegociada. Os especialistas elogiam "a responsabilidade de Buenos Aires". Vêem na dor coletiva um sinal positivo para os mercados. Nos relatórios, a pobreza é apenas um dado contábil, um efeito colateral da reforma. Mas nas ruas ela se materializa em filas diante dos postos de saúde, em crianças subnutridas, em professores exaustos. A economia argentina não sangra para se curar: sangra para provar que obedece.

A pobreza, nesse quadro, torna-se uma linguagem de governo. Ela diz: "Vejam como sofremos com decência. Concedam-nos mais crédito." Ela é o equivalente moral de uma bandeira branca. E quanto mais o país se afunda, mais pode provar que continua fiel à linha. A austeridade não é o meio do reajuste; é o reajuste em si.

Assim se fabrica o paradoxo argentino: o país que foi símbolo de abundância e modernidade torna-se o lugar onde a carência é uma virtude. O povo aprende a orgulhar-se de sua privação. A elite, em dólares, contempla essa resignação como uma vitória cultural. E Milei,

com o rosto iluminado, repete que tudo isso é necessário — que a liberdade, antes de ser conquistada, deve ser paga.

Mas a liberdade sem pão é apenas abstração. Nos mercados, nos supermercados, nos açougues, a carne — outrora alimento do povo — vende-se a preços parisienses. Os argentinos veem seus próprios produtos lhes escaparem das mãos. Não é metáfora: é uma expropriação concreta. A terra alimenta o mundo, mas já não alimenta quem a cultiva. A pobreza deixou de ser falha: tornou-se a credencial do país.

4. A Argentina no dispositivo hemisférico: o país, barreira monetária da reconquista americana

Enquanto as frotas americanas cruzam o mar do Caribe e os aviões de combate patrulham o céu da Venezuela, a Argentina recebeu outro papel: o de laboratório do controle pacificado. Lá em cima, a coerção se exerce pelas armas; aqui embaixo, pela moeda. Duas faces da mesma estratégia: reconstruir a influência dos Estados Unidos não mais na escala global, mas na de seu próprio hemisfério. O império, envelhecido, já não se expande; ele se fecha sobre si mesmo, como um animal ferido que ainda protege a presa.

Nessa reconfiguração, a Argentina assume o papel de *vitrine dócil*, uma zona de estabilidade sob vigilância. O caso venezuelano, pela resistência, justifica a força; o argentino, pela disciplina, legitima o método. Washington compreendeu que a dominação militar custa caro e não dura; a dominação monetária, ao contrário, prolonga-se no silêncio. Ela não exige desembarques nem tratados: basta um empréstimo, um ajuste de taxas, um gesto do FMI, para que um

governo inteiro se dobre. É a versão suave do *Plano Condor*: já não há torturas, nem golpes de Estado — apenas planilhas e metas fiscais.

O Brasil, por sua vez, retirou-se do jogo. Lula escolheu a postura da Índia: comerciar com todos, obedecer a ninguém. Nem aliado, nem inimigo — indiferente. Essa neutralidade fere mais Washington do que a hostilidade declarada. Retira-lhe o pivô regional, o parceiro natural na diplomacia do controle. Era preciso, então, encontrar uma alternativa: um ponto fixo no sul do continente, um país disposto a se desmontar peça por peça para provar que um outro modelo é possível — não o do desenvolvimento, mas o da submissão rentável.

Esse papel, a Argentina aceitou com entusiasmo de convertido. Milei oferece à Casa Branca o que nem mesmo os militares da ditadura haviam concedido: o abandono da moeda nacional, isto é, da própria soberania. Em troca, recebe o aplauso midiático, os elogios do FMI, a promessa de "estabilidade". Os mercados aplaudem: o país "se normaliza". Mas no vocabulário do capital internacional, *normalização* significa outra coisa: não prosperidade, e sim previsibilidade. A Argentina é agora previsível porque renunciou à liberdade de movimento.

Dentro dessa lógica hemisférica, cada território é designado a uma função. A Colômbia garante a militarização do norte, pivô das operações contra Caracas. A Argentina, na extremidade sul, assegura o bloqueio monetário: as duas mandíbulas de um mesmo torno. Entre elas, uma colcha de retalhos de países hesitantes — Bolívia, Peru, Chile — que observam, calculam, se calam. A América Latina já não é um bloco; voltou a ser um tabuleiro.

Essa recomposição vem acompanhada de uma narrativa — e talvez seja aí que reside o aspecto mais sutil do dispositivo. O povo argentino

já não é apenas convidado a sofrer: é convidado a crer. Acreditar que faz parte de um plano maior, que ao aceitar os sacrifícios, volta a ser "digno da civilização ocidental". A pobreza se torna patriótica, a rigidez moral transforma-se em virtude cívica. Chama-se isso de "recuperar a credibilidade". Nos discursos oficiais, cada estatística converte-se em motivo de orgulho: menos gastos públicos, mais confiança dos mercados; menos Estado, mais reconhecimento internacional.

Mas esse teatro da virtude não engana ninguém. Os argentinos sabem: seu país já não é governado a partir da Casa Rosada[1], mas das salas de reunião em Washington. A economia decide-se a oito mil quilômetros de distância; a política resume-se a ratificar o inevitável. Sob a bandeira da "liberdade econômica", restabeleceu-se o princípio mesmo do protetorado. A história repete-se com os mesmos atores, apenas em cenário mais limpo, mais tecnológico, mais moralmente aceitável.

Assim, a Argentina converte-se no espelho invertido da Venezuela: lá, a desobediência; aqui, a conformidade. Dois exemplos para a mesma lição: quem se desvia da linha americana paga caro; quem se submete passa fome, mas é elogiado.

[1] *Casa Rosada* é o palácio presidencial argentino, sede do poder executivo em Buenos Aires.

5. O mito da retomada: uma anestesia estatística apresentada como um milagre econômico

Basta ler os comunicados do FMI ou as manchetes dos jornais econômicos para perceber o quanto a linguagem se inverteu. O que antes se chamava crise agora se chama retomada. A pobreza deixou de ser sintoma de fracasso para se tornar prova de eficiência. Fala-se em "retorno à estabilidade", em "disciplina recuperada", em "responsabilidade fiscal", como se essas palavras bastassem para apagar o vazio que elas escondem. Na verdade, essa "retomada" tão exaltada não passa de uma anestesia estatística. Os números melhoram porque a vida recua.

Nos relatórios oficiais, lê-se que a inflação caiu, que o déficit desapareceu, que as contas públicas voltaram ao equilíbrio. Mas essas colunas são abstratas, sem substância. A inflação desacelera porque ninguém compra; o déficit se reduz porque os subsídios foram suprimidos, os salários públicos congelados, os hospitais fechados. A famosa "estabilização" é apenas outro nome para a paralisia. O país não se move mais, e por isso já não treme. Na tela, tudo parece calmo — mas é o silêncio de um corpo entorpecido, não o repouso de uma cura.

As ruas de Buenos Aires contam outra história. As filas em frente aos bancos encurtaram, não por confiança, mas por ausência de dinheiro. Os supermercados continuam cheios, mas em silêncio: contam-se as notas, comparam-se os preços, devolvem-se os produtos às prateleiras. Nas cidades médias, os comércios fecham em série, substituídos por pequenas lojinhas improvisadas. No campo, as colheitas seguem rumo

à China ou à Europa; os produtores já não consomem o que cultivam. A "retomada" aparece nas exportações, não nos pratos.

Para Milei e seus conselheiros, essas dores são "efeitos de transição", um sacrifício necessário antes do milagre liberal. Mas esse milagre só existe nos modelos matemáticos. Na realidade, a economia concreta desapareceu. O tecido industrial se desfaz, as pequenas empresas fecham, os jovens vão embora, os professores dormem em seus carros para economizar transporte. O país vive num estado de austeridade permanente, convencido de que sua miséria é sinal de virtude.

Essa "retomada" não foi pensada para o povo, mas para os credores. Seu objetivo é tranquilizar os mercados, restaurar a credibilidade financeira, não a coesão nacional. A Argentina não é curada, é maquiada. Os relatórios do FMI elogiam "os progressos da reforma", as agências de classificação de risco sobem a nota, os investidores estrangeiros parabenizam o presidente por sua "coragem". Tudo o que se aplaude é a capacidade de fazer sofrer sem vacilar.

Essa encenação do sucesso econômico apoia-se num velho truque: confundir resistência com saúde. Admiram o país que se mantém de pé, mesmo de joelhos. Celebram sua resistência, não sua liberdade. É assim que se transforma uma nação em exemplo de disciplina. Dirão: "Vejam, eles sofreram, mas cumpriram as regras." E esse simples fato se torna prova de civilização.

Mas o mito da retomada repousa sobre uma mentira ainda mais profunda: a ideia de que um povo pode viver sem projeto coletivo, que basta pagar suas dívidas para existir. Já não é uma economia, é uma moral. O orçamento vira liturgia, o déficit, pecado, a austeridade, redenção. Nessa nova religião, o povo argentino é o fiel ajoelhado diante de cifras que não entende, mas nas quais deve acreditar.

Enquanto se glorifica essa suposta recuperação, a vida se desfaz aos poucos: a carne mais cara que em Paris, os salários estagnados nos 280 euros, os jovens sonhando com a Espanha ou o Canadá. A Argentina "se recupera", dizem — mas é a palavra que se usa quando um doente se acostuma ao tratamento, não quando melhora.

6. Uma doutrina mais que um programa: o libertarianismo transformado em religião oficial

O que Milei aplica não é um programa político: é uma crença. Uma doutrina importada, lapidada nos laboratórios ideológicos das universidades americanas e depois convertida em ritual. Cada medida de seu governo obedece a uma lógica quase religiosa, na qual a economia faz o papel da teologia e o sofrimento, o do sacramento. Não se trata de governar, mas de purificar. O Estado, acusado de todos os males, deve ser sangrado até a transparência. E o povo, dentro dessa lógica, deve expiar: sua dependência, seu passado, suas ilusões de proteção.

O projeto não é reconstruir, mas apagar. Ao suprimir os auxílios sociais, os subsídios e as regulações, não se busca modernizar o país, mas torná-lo conforme ao mito do mercado autorregulador. Esse mito, forjado pelos economistas libertários de Chicago e da escola austríaca, repousa numa ideia simples: a de que a sociedade não existe. Há apenas indivíduos racionais movidos por interesse próprio, que o mercado equilibra por si mesmo. Esse dogma, que nenhuma realidade empírica confirma, torna-se sob Milei um ato de fé de Estado. O presidente não fala de justiça, mas de incentivos. Não fala de pobreza, mas de má alocação de recursos. Não fala de cidadãos, mas de agentes econômicos.

Essa linguagem desumanizada é sua armadura. Permite mascarar a violência das decisões sob a tecnicidade do vocabulário. Um corte na saúde vira "redução de despesas correntes"; o fechamento de uma escola, "otimização da rede educacional". A realidade se dissolve em eufemismos. O país se esvazia, mas o relatório trimestral permanece impecável. É a estética da austeridade, onde a contabilidade substitui a política e a ordem suplanta a justiça.

Milei, contudo, não finge: ele acredita sinceramente nessa doutrina. Vive-a como missão pessoal. Vê-se como sacerdote de uma economia moral, destinado a libertar a Argentina de seus demônios keynesianos. Seu verbo inflamado, seu olhar tenso, seu tom profético revelam menos uma postura do que um zelo. Essa sinceridade torna sua política ainda mais temível: ele não duvida. Acredita que a destruição é uma etapa necessária, que a pobreza é um mal passageiro, que a dor do povo é uma purificação coletiva.

Mas o que chama de "disciplina" é resignação administrada. E o que nomeia de "liberdade" é abdicação. Pois a verdadeira liberdade pressupõe escolha, e a Argentina já não a possui. O país não imprime sua moeda, não negocia seus créditos, não define suas prioridades: tudo se decide fora, validado por um memorando do FMI ou por uma nota das agências de rating. Milei luta para que o país seja "credível", mas credibilidade é apenas outro nome para obediência.

A doutrina que ele prega não precisa de adesão popular; alimenta-se da impotência. Substitui o diálogo social pela pedagogia da dor. Explica-se ao povo que ele deve sofrer para se curar, apertar o cinto para merecer respeito. Pede-se que transforme a privação em orgulho, a humilhação em virtude. Nesse catecismo econômico, os ricos são exemplos e os pobres, alunos preguiçosos. A caridade toma o lugar da justiça; a piedade, o do direito.

É essa inversão moral que termina por transformar a Argentina em campo de testes. O país já não é governado: é experimentado. Cada reforma é um protocolo, cada reação social, um indicador. O Estado deixou de ser ator coletivo: virou laboratório onde se mede a resistência do tecido social à privação. Longe de ser delírio momentâneo, essa doutrina tem coerência: quer provar que é possível governar sem redistribuir, dirigir sem intervir, existir sem solidariedade.

Mas ao tentar fazer do país um exemplo, esvaziaram-no de substância. Resta apenas a crença nua: a convicção trágica de que a liberdade se mede pela dor suportada. E nessa liturgia contábil, Milei já não é presidente: é o sumo sacerdote de uma religião sem Deus, que promete prosperidade no fim do suplício.

7. O paradoxo terminal: uma liberdade proclamada, mas sem poder real

O regime de Milei proclama a liberdade em todas as frases e a suprime em todos os atos. A palavra é repetida como um mantra, gravada nas capas dos relatórios, nas campanhas de comunicação, nos discursos presidenciais. Mas essa liberdade não passa de um simulacro, um eco vazio destinado a mascarar a ausência de escolha. É uma liberdade abstrata, puramente contábil, que se exerce apenas dentro dos limites do mercado. Fora dele, tudo é proibição.

O cidadão argentino é livre para comprar o que não pode pagar, para empreender sem capital, para escolher entre a pobreza e a emigração. É livre para vender sua força de trabalho ao preço que o sistema impõe e para agradecer por isso. A democracia econômica de Milei se reduz ao direito de participar da própria precariedade. O voto, a opinião, o

protesto — tudo é tolerado, contanto que não ameace o equilíbrio fiscal. O Estado não reprime mais para silenciar; reprime para manter a coerência do modelo.

Nos bairros populares, essa liberdade assume a forma de desespero organizado. O fim das políticas sociais multiplica as redes de ajuda informal, os comitês de bairro, as cozinhas comunitárias. A sociedade civil substitui o Estado em tudo: saúde, educação, alimentação. É o triunfo da liberdade negativa — a liberdade de não depender de ninguém, nem mesmo de uma instituição que proteja. Mas essa autonomia não é escolha: é abandono.

A ideologia do cada um por si impregna o discurso público. O governo exalta a "meritocracia", a "responsabilidade individual", como se todos partissem da mesma linha. Quem fracassa é culpado; quem protesta, ingrato. A desigualdade torna-se natural, quase estética. A miséria é interpretada como estágio moral, um preço a pagar pela purificação liberal. O sofrimento deixa de ser escândalo: vira credencial de maturidade.

Nesse ponto, a liberdade converte-se em prisão transparente. O povo não é mais coagido, é persuadido. Não se lhe impõe o silêncio, ensina-se a aceitá-lo. O controle não vem de cima, mas de dentro. Os discursos televisivos de Milei lembram pregações: prometem um futuro luminoso a quem suportar o presente sem reclamar. "Vocês são pobres, mas livres", repete ele — como se a liberdade tivesse algum sabor quando o estômago está vazio.

O paradoxo terminal é este: quanto mais o governo proclama a liberdade, menos poder o cidadão possui. A soberania foi transferida para os mercados; a política, para os algoritmos; a esperança, para o futuro. O povo se torna espectador da própria vida, medindo sua sorte

pela variação do dólar. O país parece andar, mas é um movimento imóvel — um trem preso nos trilhos do endividamento e da obediência.

Essa liberdade impotente é o retrato do nosso tempo. Uma liberdade sem substância, sem horizonte, sem corpo coletivo. Ela sobrevive como palavra porque já não existe como prática. E talvez seja esse o verdadeiro projeto: substituir o poder de agir pela ilusão de escolher, e a dignidade pela obediência voluntária.

8. A pobreza como arquitetura do futuro: a Argentina como modelo exportável de uma nova ordem pós-política

A experiência argentina não termina na Argentina. O que se ensaia hoje no sul do continente é um modelo exportável: o de uma governança sem política, uma estabilidade que se alimenta da escassez. A pobreza já não é vista como um fracasso do sistema, mas como condição de sua perenidade. Ela disciplina, contém, organiza. Reduz o desejo, enfraquece a contestação, garante a docilidade dos que nada têm a perder.

Esse é o novo paradigma que fascina as elites tecnocráticas do Ocidente. Um país onde o sofrimento coletivo é convertido em sinal de maturidade; onde a abdicação da soberania é apresentada como modernização; onde a privação se torna virtude e o desespero, estatística. A Argentina serve de vitrine a essa utopia invertida: provar que é possível manter uma nação de pé amputando-lhe os membros, desde que o torso continue sorrindo para os investidores.

Nas universidades americanas e nos fóruns financeiros, esse modelo é descrito como "reforma estrutural profunda". Os relatórios do FMI

elogiam "a coragem de enfrentar o custo social das transformações". Traduzindo: a capacidade de fazer o povo sofrer sem perder o controle. Pois o verdadeiro produto de exportação da Argentina não é mais a carne, nem o trigo, nem o lítio — é o método. Um método de governo sem povo, de gestão da miséria como horizonte, de democracia reduzida à performance contábil.

A pobreza se torna, assim, a arquitetura do futuro. Uma forma de ordem que se pretende universal, fundada não sobre a justiça, mas sobre o equilíbrio. Equilíbrio entre o pouco e o nada, entre a obediência e o desespero. O ideal não é mais o progresso, mas a *sustentabilidade da escassez*. Governar não significa melhorar as condições de vida, mas impedir que elas piorem rápido demais.

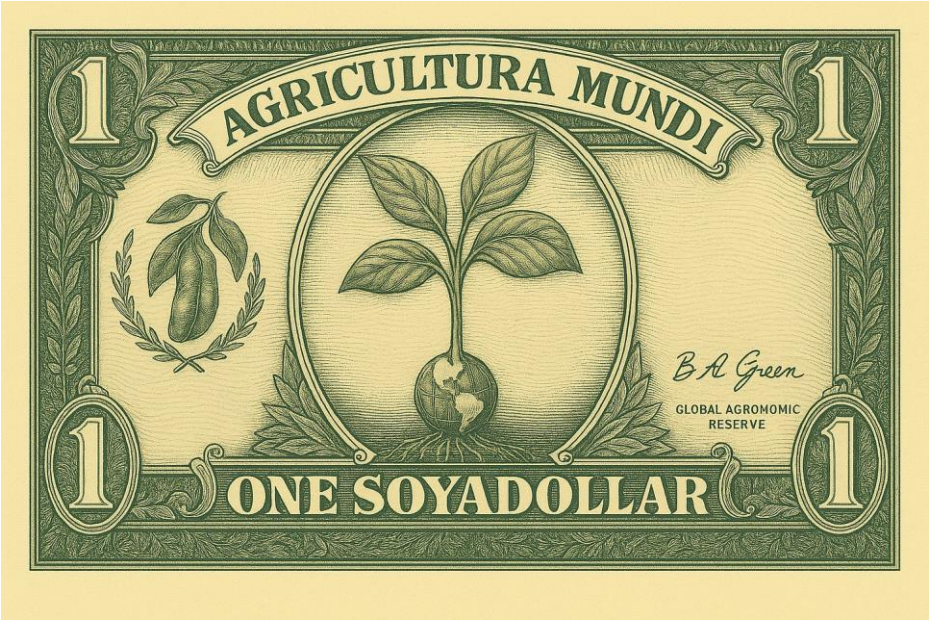
Essa utopia sombria tem aparência de racionalidade. Apresenta-se como inevitável, técnica, neutra. Mas por trás da equação há uma escolha moral: aceitar que alguns países existam apenas para garantir a rentabilidade dos outros. A Argentina é o primeiro campo de testes dessa economia pós-política — uma economia sem povo, sem representação, sem voz. Um sistema em que o sofrimento é administrado como recurso renovável.

O ciclo, assim, se fecha. Da abundância dos pampas à indigência planejada, da modernidade orgulhosa à dependência assumida. A história argentina parece escrita como advertência, mas é lida como manual. E talvez seja esse o ponto mais trágico: o mundo observa, toma notas, e prepara-se para aplicar a fórmula.

Porque o laboratório não serve apenas para estudar — serve para reproduzir. E o que se experimenta hoje à beira do Prata poderá, amanhã, ser exportado sob a forma de remédio. Um remédio que promete curar o excesso de democracia, o peso do Estado, a

indisciplina social. O remédio se chama *pobreza funcional*. E a Argentina, de novo, é o paciente exemplar.

A imortal Mafalda, do saudoso Quino (1932-2020)



A guerra da soja: anatomia de uma semente

Como a soja, entre a China, os Estados Unidos e o Brasil, se tornou o motor oculto do comércio mundial.

François Vadrot, 11 de outubro 2025

Por trás da guerra tarifária e da retórica ecológica, a soja está substituindo o petróleo como indicador de poder. Padronizada, subsidiada e calculada, ela hoje conecta as finanças à terra e a inteligência artificial à logística. A "guerra da soja" não opõe blocos,

ela administra um equilíbrio, o de um mundo que se alimenta tanto de dados quanto de proteínas.

A soja não é um cultivo novo, mas em poucas décadas conquistou um lugar central na economia mundial. Ela alimenta animais, fornece biocombustíveis e serve de base para uma vasta gama de produtos industriais e alimentares. Fácil de armazenar, transformar e padronizar, tornou-se uma **matéria estratégica** — biológica e financeira ao mesmo tempo, inserida nas rotas logísticas do comércio global.

Sua expansão se explica por três transições simultâneas.

- A primeira é **alimentar**: nos países ricos, o consumo de carne diminui; nos países emergentes, torna-se caro. Em ambos os casos, cresce a demanda por proteínas vegetais.
- A segunda é **energética**: o óleo de soja, usado na produção de biocombustíveis, conecta agricultura e indústria, oferecendo uma alternativa "verde" ao petróleo.
- A terceira é **geográfica**: a produção se concentra nas Américas, enquanto o consumo se polariza na Ásia — sobretudo na China.

Essa arquitetura cria uma interdependência planetária: poucas regiões produzem, outras transformam, e todas dependem dos mesmos fluxos.

1. O triângulo da soja: Estados Unidos, China e Brasil

Na safra 2024-2025, o planeta produziu cerca de 400 milhões de toneladas de soja, contra 150 milhões em 1990 e menos de 30 milhões em 1960 — uma multiplicação por treze em sessenta anos. A produção mundial está

concentrada nas Américas: 160 milhões de toneladas no Brasil, 115 milhões nos Estados Unidos e 50 milhões na Argentina, o que representa quase 85% da produção global.

Se considerarmos não apenas a produção, mas o funcionamento do mercado, o comércio da soja repousa sobre um triângulo econômico e político: Estados Unidos, China e Brasil. A Argentina, hoje sob tutela norte-americana, ocupa um papel secundário, como mostramos em *Argentina: laboratório da pobreza sob tutela americana*.

Os Estados Unidos foram os arquitetos do sistema: impuseram suas normas, seus contratos e sua bolsa de referência — o Chicago Board of Trade — onde ainda se fixam os preços mundiais. Sua influência já não vem da produção, mas do vocabulário econômico: fretes, seguros, créditos e coberturas de risco continuam denominados em dólar.

Mas desde 2018, a China inverteu a hierarquia. Ao suspender suas compras de soja americana, provocou uma crise doméstica nos EUA e mostrou que o cliente podia se tornar árbitro. Em 2025, Pequim voltou a usar o mesmo instrumento: suspendeu licenças de importação para várias empresas norte-americanas, reduziu os pedidos e redirecionou os fluxos para o Brasil e o Sudeste Asiático.

O Vietnã passou a ocupar um lugar novo nesse arranjo: seus portos servem de ponto logístico para cargas redirecionadas ou reetiquetadas. Alguns analistas suspeitam que a China use o Vietnã como zona de trânsito, mantendo as compras enquanto contorna as tensões tarifárias. O jogo consiste em baixar os preços por pressão política e depois aproveitar o mercado por vias discretas.

O Brasil, por sua vez, tornou-se o maior produtor mundial em 2020-2021 e o maior exportador no ano seguinte, aproveitando-se, em particular, das tensões comerciais entre Washington e Pequim. Sua vantagem reside na abundância de terras e no custo competitivo de produção, mas ao preço de uma dependência crescente: dependência da China, das finanças

internacionais e da monocultura. O desmatamento da Amazônia, ligado a essa expansão, torna essa prosperidade frágil.

2. Do petrodólar ao sojadólar

A soja prolonga a lógica do petróleo — mas no sentido contrário.

O sistema do petrodólar, nascido nos anos 1970, baseava-se na escassez: o petróleo do Golfo era vendido exclusivamente em dólares, em troca da proteção militar americana. Washington financiava assim seu déficit com a moeda que emitia para comprar energia.

O sojadólar, por sua vez, apoia-se na abundância. O grão não é raro, mas sua produção é suficientemente concentrada e estável para sustentar um mercado global contínuo. Esse mercado continua ancorado nos Estados Unidos: contratos em dólar, seguros marítimos americanos e mercados futuros em Chicago. O poder americano já não reside na matéria, mas na norma que permite que ela circule.

A China, apesar de seu peso, ainda não consegue impor sua moeda. O yuan não é plenamente conversível; os contratos de referência seguem indexados em Chicago; e os grandes traders (Cargill, ADM, Bunge, Louis Dreyfus) operam via bancos americanos. Pequim avança por desvio: pagamentos bilaterais em moedas locais, sistema CIPS (equivalente chinês do SWIFT) e bolsas agrícolas regionais em Dalian e Xangai. Seu objetivo não é substituir o dólar, mas retirar-lhe a exclusividade.

O sojadólar torna-se, assim, uma moeda entre outras: dominante, mas já não única.

3. A guerra silenciosa: abundância contra soberania

A globalização agrícola já não conhece guerras de conquista, e sim guerras de equilíbrio.

Os Estados Unidos manipulam a superprodução como instrumento de influência: podem inundar o mercado para baixar os preços ou restringir exportações para provocar tensão. A China, ao contrário, garante seus abastecimentos: financia portos, estradas e armazéns nos países produtores e diversifica suas fontes. O Brasil fornece a matéria; o Vietnã serve de passagem; e as duas potências se observam através do grão.

As crises climáticas amplificam essas tensões. Secas, desmatamento e enchentes tornam a produção mais instável. A volatilidade favorece os atores financeiros, que transformam a semente em ativo especulativo. Quanto mais instável o clima, mais central se torna a especulação — e mais a finança se consolida como árbitro.

Ninguém "possui" a soja, mas todos tentam controlar seu fluxo: Washington pelos contratos, Pequim pelas rotas, o Brasil pela terra. A rivalidade não produz vencedores — apenas uma interdependência em que a estabilidade depende da circulação.

4. A soja como campo de inferência

A China responde por cerca de 60% das importações mundiais de soja, ou quase 100 milhões de toneladas por ano. Esse volume faz dela o ator que dita o ritmo do mercado. Quando suspende suas compras — como em 2018 ou 2025 —, os preços desabam e os produtores americanos precisam de

ajuda estatal. Quando redireciona os pedidos ao Brasil, as rotas marítimas se reorganizam em poucas semanas. E quando passa pelo Vietnã, não é para se abastecer, mas para fazer transitar ou reprocessar cargas — uma forma discreta de manter as importações sem aparecer diretamente como compradora.

Essa agilidade baseia-se na logística e na informação. Pequim investiu numa infraestrutura digital que conecta portos, armazéns e corredores ferroviários a sistemas de inteligência artificial capazes de acompanhar os fluxos em tempo real, prever gargalos e redesenhar rotas conforme as necessidades. É a tradução material do que chamamos, em *Treinar ou inferir*, uma governança por inferência: não planejar a partir de modelos, mas agir a partir dos sinais — captar, decidir, corrigir.

O poder já não está na posse do recurso, mas na capacidade de regular seus fluxos. A China o exerce pela logística: cada pedido, suspensão ou desvio via Vietnã torna-se um sinal político. Num mercado de abundância, a escassez já não gera poder; o que manda é a velocidade de ajuste. A inteligência artificial torna essa orquestração permanente e discreta — transformando a dominação em logística.

5. Epílogo — O poder do grão

A semente de soja estrutura hoje a geopolítica mundial. Ela conecta a terra à moeda, o clima às finanças, a agricultura aos dados e a logística à inteligência artificial. Os Estados Unidos produzem a norma; a China domina a circulação; e o resto do mundo ajusta suas dependências.

A soja encarna uma forma nova de poder: o equilíbrio dirigido. Ela não funda uma hegemonia, mas uma rede de interdependências em que cada ator busca garantir sua segurança sem romper o fluxo. A matéria viva tornou-se a língua comum de um mundo pós-industrial.

Olhar para uma semente é compreender como o planeta funciona hoje: um sistema que já não busca conquista nem crescimento, mas a gestão contínua de suas próprias circulações. O grão que antes usávamos como metáfora da junção entre o biológico e o cálculo *dum grão no cérebro* tornou-se agora concreto: ele pensa, digere e regula ao mesmo tempo.

-Ah, o que é o progresso... Olha, filho, a colheita, sem insetos nem ervas daninhas.
-É estranho que o chefe nunca venha, não é, papai?

A SEMENTE
A BESTA
A DÍVIDA
REGIÃO MEIO-OESTE
ARG
FMI
A SEMENTE, A BESTA E A DÍVIDA
UM WESTERN ALIMENTAR

A semente, a besta e a dívida

A Argentina, sua soja, sua carne e sua dívida na nova ordem alimentar mundial

François Vadrot, Fausto Giudice e Luis Casado, 11 de novembro de 2025

Sumário

1. **Introdução. A segurança pela fome**
2. **Um equilíbrio sob tutela**
3. **O refluxo da soja antes do armistício**
4. **O armistício de Seul: estabilização global, fragilidade local**
5. **A soja torna-se uma mercadoria interna**
6. **A carne se exporta, os preços disparam**
7. **Um circuito mundial assimétrico**
8. **Conclusão. Um país ajustado pela sua alimentação**

1. Introdução. A segurança pela fome

Há um mês, descrevíamos a Argentina como um laboratório da pobreza sob tutela americana: um país mantido à tona pelos empréstimos do Tesouro e pelas imposições do FMI, exportando sua comida para defender sua moeda. Desde então, o ângulo se ampliou. O armistício econômico entre os Estados Unidos e a China, assinado em Seul em 30 de outubro, consolidou indiretamente Buenos Aires em uma zona de influência cruzada, onde a rivalidade das potências se transforma em cooperação de dependência.

Agora, a Argentina não tem mais vocação para ser apenas um satélite americano; torna-se um cruzamento da segurança alimentar mundial. Os Estados Unidos garantem ali seu abastecimento de carne e o

acesso a um mercado financeiro atrelado ao dólar. A China assegura suas compras de soja e de carne a preços baixos, mantendo aberta sua linha de crédito em yuans. E o FMI vela para que essa engrenagem permaneça solvente. Sob a aparência de equilíbrio, forma-se uma hierarquia: a segurança alimentar de uns se constrói sobre a privação organizada dos outros.

Nesse sistema, a Argentina já não escolhe entre Washington e Pequim — serve a ambos. Suas colheitas financiam sua dívida, suas exportações estabilizam as moedas estrangeiras e sua população ajusta sua dieta para manter o equilíbrio comercial. Esse modelo ilustra a fusão das esferas de influência e de segurança, não mais no plano militar, mas no dos necessidades vitais. A fome torna-se o equivalente pacífico da dissuasão: um instrumento de estabilidade mundial pela dependência. É essa arquitetura invisível — onde a semente, a besta e a dívida se equilibram em escala planetária — que este artigo explora.

2. Um equilíbrio sob tutela

Desde a primavera de 2025, a economia argentina sobrevive apenas graças a um sistema de infusão financeira de três cabeças: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Tesouro dos Estados Unidos e o Banco Popular da China (PBOC). O objetivo desse dispositivo não é promover o crescimento, mas evitar o colapso do peso e um calote soberano que poderia desestabilizar todo o continente. A Argentina, portanto, não vive uma recuperação, mas uma terapia econômica intensiva.

O pilar do FMI

Em 12 de abril de 2025, o FMI aprovou um acordo ampliado de 20 bilhões de dólares em quatro anos, após meses de negociação sobre

as condições de reembolso do programa anterior. Doze bilhões foram liberados imediatamente, com contrapartidas explícitas: redução dos subsídios à energia, limitação da indexação salarial e liberalização acelerada das exportações agrícolas. A cada trimestre, uma "revisão conjunta" define os novos desembolsos. Esse mecanismo repete a lógica dos anos 1990: um empréstimo destinado a manter o pagamento dos juros, e não a reativar a economia real. Na prática, a Argentina se endivida para pagar a própria dívida, e o FMI transforma a estabilidade do peso em critério de obediência orçamentária.

O apoio americano

No auge do verão, o Tesouro dos Estados Unidos implementou uma garantia financeira complementar, apresentada oficialmente como um gesto de confiança. O dispositivo combina uma permuta cambial (de até 20 bilhões de dólares) e um mecanismo de empréstimos privados garantidos, que pode elevar o total para 40 bilhões. Na prática, Washington não injeta dólares novos: fornece seguro aos investidores privados para evitar a fuga de capitais e manter os pagamentos em dólares. Esse sistema — semelhante aos já usados para a Ucrânia e a Turquia — transforma a economia argentina em uma extensão da esfera financeira americana: a estabilidade monetária local torna-se uma condição da estabilidade do dólar na região. As contrapartidas são implícitas: abertura total do comércio agrícola, alinhamento diplomático e prioridade às empresas agroindustriais norte-americanas nos novos mercados de exportação.

O canal chinês

O Banco Popular da China (PBOC) exerce um papel diferente. Sua linha de permuta em yuans de 130 bilhões de yuans (aproximadamente 16 bilhões de euros) foi renovada no início de 2025 para permitir que Buenos Aires pagasse parte de suas importações estratégicas sem passar pelo dólar. Esses fundos são usados, entre outros fins, para pagar fertilizantes, equipamentos industriais e determinadas parcelas da dívida com o FMI. Esse mecanismo oferece a Pequim uma alavanca discreta: a China se torna fornecedora industrial, credora e cliente agrícola ao mesmo tempo. Ela controla a respiração material do país, enquanto o FMI e Washington controlam sua respiração financeira.

Três tutelas, um mesmo resultado

À primeira vista, essas três linhas de apoio evitam uma crise de liquidez. Na realidade, deslocam a dependência: a Argentina já não está ameaçada pelo calote, mas pelo esgotamento de sua margem de decisão. O FMI supervisiona a política orçamentária, o Tesouro americano vigia a política monetária, e o PBOC influencia as importações e exportações estratégicas. O Estado conserva a bandeira, mas não mais o comando. Cada empréstimo está vinculado à promessa de novas exportações agrícolas, o que equivale a indexar a solvência do país às suas colheitas. O peso já não vale pela confiança interna, mas pelo volume de soja e carne que poderá enviar ao exterior.

3. O refluxo da soja antes do armistício

Uma dependência construída na base do grão

Há vinte anos, a soja tornou-se a coluna vertebral da economia argentina. Ela cobre mais de 40% das terras cultivadas e representa quase um terço das receitas de exportação. A Argentina não é o maior produtor mundial — o Brasil ocupa esse posto —, mas continua sendo um ator-chave nos mercados asiáticos, graças à sua capacidade de transformar o grão em óleo e farelo proteico. Essa especialização criou uma dependência estrutural: os excedentes de soja financiam as importações de energia, automóveis e produtos manufaturados. A estabilidade macroeconômica depende, portanto, de uma planta cujo preço é definido no exterior — em Chicago para o mercado global, e em Dalian para o mercado agrícola chinês.

Um enfraquecimento vindo da China

Desde 2024, a demanda chinesa por soja sul-americana vem se contraindo gradualmente, em favor de compras diretas aos Estados Unidos. As razões são principalmente logísticas e econômicas, mas também políticas. Primeiro, a normalização comercial entre Washington e Pequim reduziu as sobretaxas herdadas da guerra tarifária, tornando a soja americana mais competitiva. Depois, os embarques provenientes do Meio-Oeste americano oferecem qualidade mais uniforme e prazos mais curtos, graças à rede fluvial do Mississippi e aos portos do Golfo do México. Por fim, a China procura diversificar suas fontes de abastecimento para reduzir os riscos associados à dependência da soja brasileira, cujos custos e logística foram prejudicados pela seca e pela congestão portuária.

Após ter suspenso a maioria de suas importações durante o verão de 2025, Pequim retomou as compras de soja americana no fim de outubro, logo após as negociações de Kuala Lumpur, oficializadas em 30 de outubro com o armistício econômico de Seul. Segundo os primeiros dados da Administração Geral das Alfândegas da China (China Customs Administration), várias cargas provenientes dos portos do Golfo já haviam sido registradas na primeira semana de novembro. Se essa tendência se confirmar, a participação da soja americana nas importações chinesas pode ultrapassar dois terços do total até o fim do trimestre. Para os exportadores argentinos e brasileiros, esse realinhamento repentino anuncia uma queda duradoura de suas participações de mercado.

O choque em Rosario

Para a Argentina, esse deslocamento teve efeitos imediatos. O porto de Rosario, no encontro dos rios Paraná e Paraguai, concentra 80% do comércio de soja do país. As tradings internacionais — Cargill, Dreyfus, Bunge, Nidera — controlam ali tanto a transformação quanto a formação dos preços. Desde maio de 2025, os contratos futuros registraram uma queda contínua: de 545 dólares por tonelada para menos de 490 em outubro, uma queda de cerca de 10%. Os produtores armazenam suas colheitas em silos-bolha, esperando uma recuperação, mas as dívidas bancárias em dólares os obrigam a vender parte da safra com prejuízo. A redução das margens, somada ao aumento dos custos dos insumos (fertilizantes, diesel, crédito), agrava a distância entre os grandes exportadores e as pequenas fazendas familiares, já abaladas pela seca de 2023–2024.

A economia interna sufocada

A queda nas receitas de exportação priva o Estado de divisas e reforça a pressão do FMI para aumentar os volumes vendidos. Mas exportar mais quando os preços caem significa empobrecer mais rápido. O governo então incentiva a industrialização local da soja, uma política apresentada como "industrial", mas que na realidade busca apenas escoar os estoques. As indústrias de óleo vegetal operam a plena capacidade, produzindo óleo para consumo interno e farelo para ração animal. O excedente acaba invadindo o mercado doméstico: as proteínas de soja aparecem nas cantinas escolares, nos programas sociais e na alimentação coletiva. Esse fenômeno revela uma mudança silenciosa: a soja, antes símbolo de exportação e prosperidade, torna-se uma fonte de subsistência interna.

Um modelo de especialização vulnerável

O refluxo da soja expõe a fragilidade de uma economia fundada na monocultura e na dívida em moeda estrangeira. Durante duas décadas, cada governo confiou no grão para equilibrar a balança externa, adiando a diversificação industrial. A queda dos preços atua como um revelador: não é a demanda chinesa que desaparece, mas a capacidade da Argentina de viver dela. O país vende uma matéria-prima sem controlar nem o preço nem o destino, e depende de seus clientes para valorizar sua própria moeda. Assim, no momento em que China e Estados Unidos selavam sua trégua econômica, a Argentina já era relegada ao papel de intermediária sem margem, obrigada a transformar sua colheita em alimento de emergência para o próprio mercado interno.

4. O armistício de Seul: estabilização mundial, fragilidade local

Uma trégua negociada às pressas

Nos dias 24 e 25 de outubro de 2025, negociações discretas em Kuala Lumpur prepararam o encontro bilateral entre Donald Trump e Xi Jinping, oficializado em 30 de outubro, em Seul, à margem da cúpula da APEC. Esse episódio marcou o fim de um longo ciclo de tensões comerciais e monetárias entre as duas potências. Desde o início do ano, o crescimento chinês desacelerava com o recuo das exportações aos mercados ocidentais, enquanto os Estados Unidos enfrentavam uma recessão agrícola e industrial ligada à alta dos juros e à deterioração das infraestruturas rurais. Ambos precisavam de uma trégua: a China, para estabilizar seus preços de alimentos; Washington, para reabrir o escoamento de seus excedentes de soja e milho.

O armistício de Seul selou, assim, uma pausa tática: Pequim retomou as importações de soja americana, suspensas desde a primavera boreal, e Washington congelou novas tarifas sobre produtos chineses. O compromisso se insere no que diplomatas chamam hoje de coexistência econômica regulada: os EUA mantêm a supremacia do dólar, e a China a maestria das cadeias de suprimento. Mas o equilíbrio global encontrado em Seul deslocou a crise para o Sul, em vez de resolvê-la.

Estados Unidos: exportar para salvar as fazendas

Para os EUA, o acordo foi uma lufada de ar. Em 2025, as falências agrícolas dobraram em relação a 2024: 93 propriedades entraram com pedido do Capítulo 12 do Código de Falências no segundo trimestre, contra 47 no fim de 2024. Os preços do milho caíram cerca de 50%

desde 2022; os da soja, 40%. Endividados e pressionados pelo custo dos insumos, os agricultores do Meio-Oeste sobrevivem graças às subvenções federais, que já representam três quartos de sua renda anual. Trump cogitou um plano de ajuda de 10 a 14 bilhões de dólares para evitar uma onda de liquidações. Nesse contexto, a retomada das compras chinesas funciona como válvula econômica e política: garante saída para a safra de 2025 e dá fôlego ao agronegócio americano.

Mas essa estabilização aparente tem um preço: os EUA exportam no vermelho, sustentados por criação monetária e gasto público. O modelo se apoia na dívida — vende-se soja subsidiada para obter liquidez imediata, empurrando a conta para o orçamento federal. Mantém-se o emprego rural, mas não a rentabilidade. Em suma, Washington ganha tempo, não competitividade.

China: assegurar o abastecimento, sem depender

Do lado chinês, a motivação é inversa. Pequim busca garantir a segurança alimentar de 1,4 bilhão de pessoas em meio à urbanização acelerada e à pressão sobre as terras aráveis. O país importa, por ano, cerca de 100 milhões de toneladas de soja, sobretudo para ração animal. Retomar as compras nos EUA não é gesto diplomático, mas medida de estabilização interna: evita uma disparada nos preços de carne suína e de frango, sensível para a população urbana. Em paralelo, a China prossegue sua diversificação: continua comprando carne bovina argentina (cerca de 600 mil toneladas em 2025, aproximadamente 60% das exportações do país) e desenvolve suas próprias cadeias de óleo de soja e farelo.

A hierarquia do sistema se clarifica: os Estados Unidos fornecem a soja bruta, paga em dólares; a China transforma e consome; a Argentina permanece na periferia, fornecendo carne e derivados.

América do Sul: o elo de ajuste

Para a América do Sul, o armistício de Seul teve o efeito de uma onda de choque retardada. A retomada do comércio agrícola entre Washington e Pequim reduz mecanicamente a demanda por parte de produtores argentinos e brasileiros. As cotações internacionais cedem, e contratos de longo prazo com a China são renegociados para baixo. Antecipando a queda, as agências negociadoras freiam compras de soja nas áreas produtoras e redirecionam fluxos para mercados regionais. Agricultores argentinos já sobre-endividados perdem margem e são forçados a liquidar estoques no mercado interno, a preços reduzidos.

O resultado é um paradoxo: apresentada como fator de estabilidade global, a trégua agrava a fragilidade das economias que dela dependem. Enquanto China e EUA saem temporariamente fortalecidos, Argentina, Brasil e Paraguai veem as receitas agrícolas encolherem em contexto de endividamento crescente.

Um equilíbrio apenas aparente

O armistício de Seul evitou uma guerra comercial aberta entre as duas maiores potências, mas não restabeleceu um equilíbrio duradouro. Apenas deslocou o centro de gravidade: a paz dos gigantes se traduz em maior tensão nas periferias. Para Washington e Pequim, é um compromisso tático; para Buenos Aires, mais uma imposição. A estabilidade mundial passa, agora, por uma transferência silenciosa: o Norte consome o que o Sul é obrigado a produzir a crédito.

5. A soja torna-se uma mercadoria interna

Do produto de exportação ao estoque incômodo

Quando a China retomou suas compras de soja americana no fim de outubro, os armazéns argentinos já estavam saturados. A safra de 2025, estimada em 51 milhões de toneladas, não encontrou nem seus mercados tradicionais nem os preços necessários para cobrir os custos de produção. Os portos de Rosario, San Lorenzo e Bahía Blanca reduziram o ritmo das exportações, enquanto as agências negociadoras internacionais diminuíram suas compras locais. Presos entre dívidas bancárias em dólares e preços globais em queda, os produtores foram obrigados a escoar internamente o que não conseguiam mais exportar. Assim, a soja — antes símbolo de divisas e abertura — tornou-se uma matéria-prima incômoda, que precisava ser valorizada dentro das fronteiras.

As indústrias de óleo a todo vapor

Diante dessa situação, o governo estimulou a transformação local. As grandes indústrias de óleo da região de Rosario operaram em plena capacidade para extrair óleo e produzir farelo destinado à pecuária. Segundo o Ministério da Agricultura, em 2025 cerca de 60% da colheita foi processada internamente, contra 45% em 2023. Essa industrialização parcial foi apresentada como sinal de autonomia, mas responde sobretudo à necessidade de escoar o excedente. As empresas locais vendem seus subprodutos a baixo preço no mercado interno, especialmente para fabricantes de ração animal e redes de varejo de óleo de cozinha. Num país onde a inflação ultrapassa 200% ao ano, esses produtos estão entre as poucas mercadorias cujo preço relativo caiu.

A soja no prato

Essa maior disponibilidade mudou o padrão alimentar popular. As proteínas texturizadas de soja tornaram-se comuns nos programas de assistência alimentar e nas cantinas escolares. O Ministério do Desenvolvimento Social distribui cerca de 80 mil toneladas por ano, quatro vezes mais que em 2022. ONGs e redes paroquiais as utilizam para reforçar refeições comunitárias, muitas vezes substituindo a carne moída. Nos supermercados, as vendas de "milanesas de soja" — bifes vegetais empanados — dobraram desde o início do ano, impulsionadas pela alta do preço da carne bovina. As famílias urbanas que antes consumiam carne várias vezes por semana migram para esses substitutos, mais baratos, porém menos nutritivos.

Essa mudança não é marginal: ela altera o modo alimentar de um país que sempre se definiu por sua cultura consumidora de carnes. A "carne do pobre" de outrora — cortes de segunda ou miúdos — torna-se inacessível, substituída pela "proteína do pobre", derivada do mesmo grão que antes servia para alimentar o gado de exportação.

Um círculo econômico fechado

No plano macroeconômico, esse reciclamento da soja revela um paradoxo. Os mesmos volumes que antes traziam dólares para os cofres públicos circulam agora dentro da economia sem gerar divisas. A agregação de valor continua baixa, e o superávit comercial encolhe apesar da estabilidade nos volumes produzidos. O Estado subvenciona indiretamente a transformação local, permitindo que os produtores declarem perdas no imposto de renda. O mecanismo mantém um nível mínimo de atividade, mas à custa de uma desintegração da rentabilidade agrícola: as margens das fazendas

médias caíram para menos de 5%, um limiar crítico para um setor historicamente exportador.

Consequências sociais

O crescimento do consumo interno de soja foi, a princípio, visto como sinal de resiliência; depois, como indicador de precariedade. Pesquisas do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC) mostram um aumento de 15% no consumo de proteínas vegetais desde 2022, enquanto o de carne vermelha caiu mais de 20% no mesmo período. Nutricionistas alertam para deficiências de ferro e zinco nas famílias de baixa renda. Nas províncias do norte, algumas escolas já substituem a carne por soja quatro dias por semana. O Estado subsidia essas refeições, que custam menos de 60 centavos de euro por porção, contra cerca de 2 euros para um prato com carne.

A soja deixou de ser um produto de exportação: tornou-se o pilar de uma economia de sobrevivência. O país que vendia seu grão para comprar carne agora vende sua carne para comer seu grão.

6. A carne se exporta, os preços disparam

Estados Unidos: uma produção em declínio...

Desde 2023, a produção de carne bovina nos Estados Unidos vem diminuindo. As secas sucessivas nos estados do Meio-Oeste e das Grandes Planícies reduziram os pastos e forçaram muitos criadores a abater o gado antes do tempo. O custo da alimentação animal — milho, soja, feno — explodiu com o aumento da energia e a volatilidade do mercado de fertilizantes, diretamente afetado pelas sanções contra a Rússia, um dos maiores exportadores mundiais de amônia, ureia e potássio. Essas medidas, embora não mirassem oficialmente os produtos agrícolas, desorganizaram os fluxos

comerciais: restrições bancárias, frete marítimo mais caro e atrasos nas apólices de seguro. Os preços dos fertilizantes dobraram ou até triplicaram entre 2022 e 2023, encarecendo todo o ciclo produtivo.

Para os criadores americanos, alimentar um boi custa hoje quase 40% mais do que antes da guerra na Ucrânia — um peso que a maioria das fazendas não conseguiu suportar sem reduzir seus rebanhos. As margens de lucro tornaram-se pequenas demais para justificar a manutenção dos plantéis. Resultado: o rebanho bovino americano caiu ao menor nível desde a década de 1960, segundo o USDA (Departamento de Agricultura dos EUA), e os frigoríficos operam a cerca de 80% da capacidade.

Essa contração se insere numa crise estrutural da agricultura americana. Como destacou a revista *Fortune* em outubro, 93 fazendas declararam falência no segundo trimestre de 2025, contra 47 no final de 2024. O preço do milho caiu cerca de 50% desde 2022, o da soja, 40%, provocando um colapso das receitas brutas. O governo Trump cogitou um plano de ajuda de 10 a 14 bilhões de dólares para conter a onda de falências. Mas tais subsídios, ao manter artificialmente a oferta, agravam a dependência do setor em relação ao Tesouro. Metade das fazendas dos EUA já vive sob subsídio público: a dívida agrícola ultrapassa 500 bilhões de dólares, um recorde histórico.

... e uma dependência crescente das importações

Sem reconstituir os rebanhos, os Estados Unidos passaram a importar cada vez mais carne bovina. Segundo o USDA, as importações líquidas cresceram 20% em um ano, principalmente do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Os cortes conhecidos como *grilling cuts* — bifes, entrecôtes, carne moída — vêm cada vez mais da América do Sul, por meio dos gigantes JBS, Marfrig e Minerva. Essas empresas,

de origem brasileira, compraram ou assumiram o controle de vários frigoríficos argentinos desde 2022, e hoje vendem diretamente às redes americanas de supermercados e fast-food. Essa integração regional garante o volume, mas eleva os preços mundiais.

O paradoxo é que essa carne importada, embora necessária para atender à demanda americana, continua cara para o consumidor final. Custos de transporte e processamento se somam à margem de lucro dos importadores. Como observou *Fortune* em 21 de outubro, o presidente da National Cattlemen's Beef Association criticou o "resgate argentino" anunciado por Trump, afirmando que "não fará nada para reduzir os preços nas prateleiras". Em outras palavras, os EUA estabilizam sua oferta de carne por meio da importação, mas sem aliviar a inflação alimentar interna.

Argentina: exportar carne e perder o próprio mercado

Para a Argentina, o aumento da demanda externa foi, a princípio, uma bênção. As exportações de carne bovina ultrapassaram o equivalente de 1 milhão de toneladas em 2025 — um recorde histórico. A China absorve cerca de 60% desses volumes, principalmente de carne congelada de baixo valor comercial. Os Estados Unidos, que voltaram a importar desde 2024, compram sobretudo cortes premium pagos em dólares, destinados ao mercado de alto padrão. Essa dupla clientela garante entrada de divisas, mas reduz a oferta interna. Os preços domésticos seguem a lógica do comércio internacional: a carne torna-se um produto de exportação cujo preço local é determinado pela demanda externa.

Com salários pagos em pesos desvalorizados, os argentinos são excluídos do mercado que abastecem. O consumo anual de carne bovina por habitante caiu de 55 kg antes de 2020 para cerca de 44 kg

em 2025, segundo o INDEC. A substituição é clara: aves, ovos, leguminosas e soja substituem a carne bovina no cardápio cotidiano. O país exporta a parte nobre de sua produção e consome os derivados mais baratos. A carne, outrora símbolo de abundância e prosperidade coletiva, volta a ser marcador de status social. O que já foi sinal de bem-estar generalizado torna-se indicador de desigualdade: quem ainda come carne com frequência pertence à minoria protegida da inflação.

China: a carne popular do mundo

A China completa esse circuito global combinando duas fontes: a soja americana que alimenta seus rebanhos e a carne sul-americana que abastece seu mercado interno. Em 2025, suas importações de carne argentina foram estimadas em quase 600 mil toneladas, avaliadas em 3,5 bilhões de dólares. São, sobretudo, cortes dianteiros, miúdos, peito e tendões — menos valorizados nos mercados ocidentais, mas perfeitamente adaptados à culinária chinesa (ensopados, caldos, bolinhos). Essas importações respondem a duas lógicas: econômica — proteínas baratas para as classes urbanas — e cultural — integração aos hábitos tradicionais.

A China não compra por necessidade imediata, mas por estratégia de volume e diversidade: garantir fornecimento contínuo de proteínas, independentemente da conjuntura global. As cargas provenientes da Argentina chegam aos portos de Tianjin, Xangai e Guangzhou, e depois são distribuídas pelo país. Essa carne popular importada complementa a produção nacional, ainda insuficiente para atender à demanda de uma população urbana em expansão.

Um jogo de vasos comunicantes

Desenha-se, assim, um sistema de vasos comunicantes:

- os Estados Unidos importam a carne que já não produzem;
- a Argentina exporta a carne que já não consome;
- a China absorve o excedente global de produção, enquanto continua a importar soja americana para alimentar seu gado e manter influência sobre os EUA.

Mas esse equilíbrio é apenas uma transferência de desequilíbrios: os americanos compensam seu déficit produtivo com dívida; os argentinos, seu déficit orçamentário com privação; os chineses, sua dependência alimentar com superprodução industrial. O comércio mundial de carne baseia-se agora em uma escassez organizada — um sistema em que cada país estabiliza sua posição enfraquecendo um pouco mais o seguinte.

7. Um circuito mundial assimétrico

Três economias, três funções vitais

Por trás da geografia do comércio mundial, estabelece-se um sistema de equivalências funcionais. Os Estados Unidos, a China e a Argentina já não ocupam apenas posições, mas exercem funções complementares na cadeia global: os primeiros fornecem a moeda; a segunda, a produção; a terceira, a matéria viva. Esse triângulo conecta três formas de riqueza — financeira, industrial e biológica. Mas a interdependência que ele cria não é sinônimo de igualdade: cada um depende do outro, mas de forma assimétrica. O dólar americano continua sendo a chave de abóbada do comércio internacional — tudo se compra e se vende em dólares. A produção chinesa, universal por sua escala e diversidade, é o contraponto material dessa hegemonia

monetária: irriga todas as cadeias de valor, da eletrônica ao agronegócio. Uma garante a liquidez do sistema; a outra, o abastecimento. Entre as duas, países produtores como a Argentina fornecem as calorias do mundo, mas sem controle sobre o preço. Sua riqueza flui para o exterior em forma de divisas e bens, sem jamais retornar como poder de compra.

Estados Unidos: a moeda sem contrapartida

Desde o fim do sistema de Bretton Woods, o dólar deixou de ser lastreado em valor material. Sua força deriva da demanda global e da confiança na dívida americana. Quando importam carne argentina ou exportam soja para a China, os EUA pagam com promessas de riqueza futura. O plano de apoio agrícola de 10 a 14 bilhões de dólares, anunciado por Trump em outubro de 2025, ilustra bem o mecanismo: é financiado por uma dívida pública que já ultrapassa 38 trilhões de dólares, sem abalar a solvência do país. O dólar continua circulando não porque é garantido, mas porque é inevitável. Assim, os Estados Unidos podem comprar comida a crédito enquanto sustentam artificialmente suas exportações. Exportam moeda fiduciária, importam recursos reais — e transformam o déficit em poder.

China: a produção como moeda

A China financia suas importações agrícolas com o excedente de suas exportações industriais. Seus bens manufaturados — máquinas, têxteis, veículos, baterias — funcionam como meio de pagamento planetário. O valor de uso substitui o valor nominal: Pequim paga com trabalho acumulado. Essa "moeda produtiva" confere à China uma estabilidade interna: ela depende da capacidade de produzir, não dos mercados financeiros. Pequim não impõe sua moeda, mas sua necessidade — ninguém pode prescindir de seus produtos. Assim, ela

ancora sua influência na materialidade do comércio mundial, do mesmo modo que o dólar ancora a liquidez financeira.

Argentina: matéria sem poder de compra

A Argentina, terceiro vértice do triângulo, encarna a dependência integral. Exporta as proteínas que alimentam as outras duas potências, mas não conserva nem a moeda nem o valor agregado. As receitas das exportações servem para pagar o FMI, o Tesouro dos EUA e o Banco Popular da China, e não para melhorar o consumo interno. O país vive uma contradição permanente: superavit agrícola, déficit alimentar. Os preços domésticos seguem as cotações internacionais em dólares, enquanto os salários permanecem em pesos. A comida torna-se instrumento orçamentário, não mais bem social: exporta-se para estabilizar a moeda, ainda que isso implique fome.

Fluxos sem retorno

Esse sistema triangular funciona como um circuito fechado: os Estados Unidos pagam a soja e a carne com dólares criados pela dívida; a China compra esses produtos com os lucros de sua indústria; a Argentina reembolsa seus credores — FMI, Washington e Pequim — com suas colheitas e seus rebanhos.

O valor circula, mas nunca retorna a quem o produziu. Os bens chineses não reduzem a pobreza argentina; os dólares americanos não aumentam a produtividade do Sul; e a comida exportada não alimenta quem a cultiva.

A riqueza global se fecha sobre si mesma, absorvida pelos intermediários financeiros e logísticos que controlam as cadeias de suprimento.

Um equilíbrio baseado na privação

Essa ordem se mantém porque, a curto prazo, satisfaz os interesses das potências que a organizam: os Estados Unidos preservam o privilégio do dólar; a China garante sua segurança alimentar; a Argentina evita a falência imediata graças às exportações. Mas a estabilidade do sistema depende da instabilidade social que ele provoca. Os desequilíbrios internos — pobreza, inflação, subalimentação — tornam-se condição do equilíbrio global. A fome já não é um acidente, mas um mecanismo de regulação. Como aconteceu antes com a energia, o comércio mundial de proteínas baseia-se agora em uma privação organizada: a dívida no Norte, a produção no centro, a restrição no Sul.

E essa mecânica abstrata encontra seu reflexo mais concreto nas ruas de Buenos Aires, onde a privação deixa de ser estatística e se torna experiência coletiva. Desde o início de 2024, as cozinhas comunitárias tornaram-se símbolo de sobrevivência coletiva. A decisão do governo Milei de suspender o financiamento dessas redes provocou uma onda de manifestações. Os cartazes resumem a situação: "Não se brinca com a fome das crianças", "A única emergência é a fome". Quase 5 milhões de argentinos dependem dessas redes de solidariedade, enquanto sete em cada dez crianças sofrem de subalimentação.

Manifestação da União dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Economia Popular em Ciudadela, província de Buenos Aires, fevereiro de 2024. As manifestantes protestam contra a decisão de Javier Milei de não subsidiar mais as sopas populares autogeridas.

8. Conclusão — Um país ajustado pela sua alimentação

Austeridade à mesa

Na Argentina, a política de ajuste já não se mede apenas pelos orçamentos, mas pelas cozinhas. Os cortes nos subsídios de energia e o aumento das taxas de juros há muito foram absorvidos; agora, a variável de ajuste é a alimentação. As famílias gastam mais da metade de sua renda com comida, e essa despesa se tornou o instrumento de estabilização pela privação. Em 2025, a alimentação passou a representar 52% do orçamento das famílias pobres, contra 36% em 2017. A inflação deixou de ser uma consequência da crise para se

tornar seu mecanismo de gestão: a privação individual serve para defender a moeda nacional e garantir o pagamento coletivo da dívida.

Essa lógica de ajuste silencioso aparece nas estatísticas nutricionais: queda do consumo de carne vermelha, aumento das proteínas vegetais, substituição do leite por bebidas enriquecidas e proliferação das cantinas subsidiadas. O país ajusta sua macroeconomia modificando sua dieta, fenômeno já observado em outras economias sob tutela do FMI, mas nunca nessa escala em um grande produtor agrícola.

Soberania invertida

A Argentina encarna hoje uma forma de soberania invertida: controla a produção, mas não o destino de seus bens. Sua segurança alimentar depende da estabilidade dos mercados externos, e não de suas colheitas. Cada tonelada de soja exportada garante o pagamento de uma parcela ao FMI; cada embarque de carne enviado à China ou aos Estados Unidos sustenta o peso nos mercados de câmbio. O país sobrevive exportando, mas empobrece à medida que exporta mais. Esse paradoxo não é fruto de má gestão, mas de uma arquitetura global em que os produtores financiam a estabilidade dos consumidores.

E a Argentina não está sozinha: o mesmo padrão se repete em partes da África Ocidental e do Sudeste Asiático, onde produtos agrícolas estratégicos servem como garantia de endividamento externo. A soja, assim como o trigo e o café antes dela, tornou-se uma moeda de substituição. Os países que a cultivam não definem o preço nem o uso, apenas extraem dela uma renda de sobrevivência.

Um modelo global de privação equilibrada

O equilíbrio atual não se baseia na abundância, mas na distribuição da escassez. Os Estados Unidos gerenciam sua dívida com criação monetária; a China, sua segurança alimentar com superprodução industrial; a Argentina, seu déficit externo com redução do consumo interno. Cada um ajusta seu excesso ou carência dentro de um sistema em que a privação se torna regulação. O resultado é uma estabilidade mundial paradoxal: menos choques visíveis, mas dependências mais profundas.

Economistas chamam isso de "equilíbrio por ajuste diferencial": a fome e a dívida exercem papéis equivalentes, cada uma servindo de variável de compensação para a outra. Esse modelo tende a se generalizar porque atende aos critérios das grandes potências: previsibilidade, fluxos constantes e ausência de ruptura política. O caos alimentar transforma-se, assim, em instrumento de governança.

Abundância como memória

Num país que já foi sinônimo de carne, vinho e trigo, a memória da abundância ainda persiste. Os argentinos continuam exportando imagens de gaúchos e asados — os cowboys dos pampas e seus grandes churrascos coletivos —, mas o cotidiano mudou: a carne virou luxo semanal, e a soja, alimento básico. As cozinhas populares de Buenos Aires reinventam a tradição com o que têm à mão: milanesas de soja, empanadas de lentilhas, molhos engrossados com farinha de farelo. Não é uma tragédia súbita, mas um deslizamento lento, uma redefinição biológica da prosperidade. A soberania alimentar, antes sinônimo de independência, passa a significar a capacidade de adaptar-se à escassez.

Um espelho da nova ordem econômica

A Argentina tornou-se o laboratório de uma ordem mundial baseada na circulação controlada dos alimentos — como já havíamos mostrado em *Argentina: laboratório da pobreza sob tutela americana*. Este texto também prolonga *A guerra da soja: anatomia de uma semente*, onde descrevemos o nascimento dessa dependência sistêmica: a semente que alimenta o gado, o gado que garante a dívida. Agora, esses três elementos formam um único mecanismo de estabilização. Os Estados Unidos emitem a moeda, a China produz os bens, a Argentina fornece as calorias. Juntos, sustentam uma economia mundial em que a solvência do Norte depende da sobriedade forçada do Sul. Esse equilíbrio não é duradouro, mas é funcional.

Dentro desse quadro rígido, a presidência de Javier Milei nada altera: seu liberalismo de choque esbarra na engrenagem de uma dependência que ele não controla. Governa em nome da liberdade dos mercados em um país cuja moeda, preços e alimentos já são definidos em outro lugar.

Todos os seus comentários e observações são bem-vindos. Escreva-nos para os endereços indicados na última página ou nas nossas páginas nas redes sociais.

The Glocal Workshop/L'Atelier Glocal/A Oficina Glocal

Uma iniciativa conjunta de…

edições workshop19, Tunis ♦Tlaxcala, a rede internacional de tradutores pela diversidade linguística ♦ Promosaik – diálogo entre culturas e religiões ♦ La Pluma, site web não alinhado♦ Politika, jornal eletrônico

… e muitos indivíduos associados

Todos os nossos livros

https://glocalworkshop.com

contact[at]glocalworkshop[dot]com *ou* wglocal[at]gmail[dot]com

Nossos Ebooks são gratuitos. Qualquer contribuição é bem-vinda

Doar com PayPal